

Cuba e Portugal: direitos humanos são negociáveis?

Por
**MIGUEL
GUIMARÃES**
Presidente do Conselho
Regional do Norte
da Ordem dos Médicos



A história de Ramona Matos Rodriguez não deve dizer muito à maioria dos portugueses. Em meados de 2013, esta experiente médica cubana chegou ao Brasil para integrar um contingente do programa estatal "Mais médicos", que visa garantir atendimento clínico em áreas remotas do território brasileiro através da contratação de médicos estrangeiros.

Com mais de 20 anos de profissão, habituada aos rigores do regime dos irmãos Castro e já experimentada numa anterior missão humanitária na Bolívia, Ramona não teve problema em fazer parte do primeiro grupo de médicos cubanos no Brasil. O pior veio depois. Na longínqua localidade do estado do Pará que lhe calhou em sorte, a médica passou a trabalhar sob escrutínio e ameaça permanente. Vigia 24 horas por dia por uma "controleira", também ela médica, mas cujas competências não passavam por atender doentes: o seu trabalho era passar a pente fino a vida profissional e pessoal do grupo de médicos que tinha a seu cargo.

O "Big brother" do Governo cubano tem explicação. O contrato de exportação médica que celebra com estados amigos, como a Venezuela, Bolívia ou Angola, prevê um código disciplinar férreo para os profissionais, onde estão proibidos quaisquer contactos políticos, sociais ou amorosos com habitantes locais "cuja conduta não esteja de acordo com os princípios e valores da sociedade cubana (sic)". Mais: qualquer deslocação para fora da localidade de trabalho tem de ser comunicada aos superiores e estão expressamente proibidas declarações à Comunicação Social.

Para Ramona Matos Rodriguez, no entanto, o maior motivo de indignação foi perceber que obtinha apenas mil

reais por mês, dos cerca de 10 mil que Brasília pagava tanto a Havana como a todos os colegas que integravam o "Mais médicos". Desumanos e indignos 10%, que em Portugal representariam um ordenado pouco superior aos 323 euros. Ramona foi a primeira médica cubana a abandonar o programa do Governo de Dilma Rousseff. E fê-lo com estrondo: em entrevista à "Veja" denunciou a situação escravagista dos seus compatriotas e obrigou o regime cubano a subir-lhes o ordenado. Entretanto, mais de 30 médicos cubanos pediram exílio no Brasil ou regressaram ao país de origem.

Os "novos negreiros", como se lhes referiu Javier Vera, cónsul honorário de Espanha e médico no Algarve, não são um exclusivo de governos simpatizantes do "castrismo". Estão aqui ao lado, no nosso país, a prestar serviço às populações do interior a troco de um miserável salário por 42 horas de trabalho na semana, revertendo a favor de Havana a grande fatia da remuneração paga por Lisboa. O mesmo contrato que levou Ramona ao Brasil foi celebrado pelo Governo português e já trouxe cerca de 100 compatriotas para o Serviço Nacional de Saúde. Uma realidade que, de resto, já havia merecido uma reportagem do "British Medical Journal" em 2010, com denúncia clara de violação dos direitos humanos, sociais, profissionais e laborais de 40 médicos que o Governo português tinha "alugado" ao seu homólogo cubano.

Nada me move contra os médicos cubanos. Bem pelo contrário. Partilhámos a profissão e certamente a vocação para tratar doentes, além do respeito que merece a sua reconhecida competência em muitos domínios da Medicina. Mas não é, não pode ser, este o modelo de civilização que aspiramos construir no nosso país. O utilitarismo e a exploração humana não deveriam conviver com o estatuto de um país europeu que se diz defensor dos direitos humanos. Curiosamente, ou não, muitos dos nossos "fazedores de opinião" preferiram discutir e comparar salários a censurar a questão central: a transgressão dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

